



**i3S - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE
DA UNIVERSIDADE DO PORTO - ASSOCIAÇÃO**

AJUSTE DIRETO N.º 28/2024

Aquisição de Serviços de Auditoria em Cibersegurança

CADERNO DE ENCARGOS

NIF: 515 769 053
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 1 DE 21

**INSTITUTO
DE INVESTIGAÇÃO
E INOVAÇÃO
EM SAÚDE
UNIVERSIDADE
DO PORTO**

Rua Alfredo Allen, 208
4200-135 Porto
Portugal
+351 220 408 800
info@i3s.up.pt
www.i3s.up.pt



Índice

Cláusula 1.^a - Objeto4

Cláusula 2.^a - Contrato4

Cláusula 3.^a - Início De Vigência e Duração Do Contrato.....5

Cláusula 4.^a - Preço Base do Procedimento5

Cláusula 5.^a - Principais Obrigações Do Adjudicatário5

Cláusula 6.^a - Local e Forma de Prestação dos Serviços6

Cláusula 7.^a - Fiscalização, Controlo e Avaliação Da Prestação Dos Serviços7

Cláusula 8.^a - Conformidade e Garantia Técnica dos Serviços.....7

Cláusula 9.^a - Aspetos Submetidos à Concorrência8

Cláusula 10.^a - Aspetos não Submetidos à Concorrência8

Cláusula 11.^a - Patentes, Licenças e Marcas Registradas8

Cláusula 12.^a - Preço Contratual e Revisão de Preço8

Cláusula 13.^a - Condições De Pagamento Do Preço.....9

Cláusula 14.^a - Penalidades Contratuais9

Cláusula 15.^a - Resolução do Contrato por parte do Contraente Público10

Cláusula 16.^a - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário.....11

Cláusula 17.^a - Suspensão Do Contrato11

Cláusula 18.^a - Modificações Do Contrato11

Cláusula 19.^a - Encargos, Custos e Despesas12

Cláusula 20.^a - Gestor do Contrato12

Cláusula 21.^a - Subcontratação e Cessão Da Posição Contratual12

Cláusula 22.^a - Força Maior13

Cláusula 23.^a - Responsabilidades14

Cláusula 24.^a - Sigilo e Confidencialidade.....15

Cláusula 25.^a - Proteção e Tratamento De Dados Pessoais15

Cláusula 26.^a - Políticas Horizontais17

Cláusula 27.^a - Interpretação e Validade17

Cláusula 28.^a - Deveres de Informação18

Cláusula 29.^a - Regime Contraordenacional18

Cláusula 30.^a - Legislação Aplicável.....18

Cláusula 31.^a - Foro Competente.....18



Cláusula 32.^a - Comunicações e Notificações19

Cláusula 33.^a - Partes Integrantes.....19

Cláusula 34.^a - Contagem dos Prazos20

ANEXO I - Especificações Técnicas21

Objetivo21

Serviços a Realizar.....21



Cláusula 1.^a - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por Ajuste Direto, que tem por objeto a *Aquisição de Serviços de Auditoria em Cibersegurança*, pelo *i3S - Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto - Associação* (doravante designado "*Contraente Público*") com as características, especificações e requisitos constantes do *Anexo I*, e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos.
2. Atento o disposto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se à prestação do(s) serviço(s) de acordo com os termos previstos neste Caderno de Encargos, em especial atento ao(s) seu(s) anexo(s), na proposta adjudicada e na legislação em vigor aplicável aos serviços a executar.
3. O Adjudicatário reconhece que se inteirou, de forma adequada, das condições existentes no local para a realização de todos os serviços solicitados, assim como possui as habilitações profissionais e técnicas adequadas e necessárias à execução dos mesmos.
4. A presente aquisição tem a seguinte classificação **CPV: 72150000-1** (Serviços de consultoria em matéria de auditoria informática e de hardware).

Cláusula 2.^a - Contrato

1. Não é exigível a redução do contrato a escrito à luz do estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, adiante abreviadamente por CCP.
2. O contrato será regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do CCP, em especial o plasmado nos artigos 450.º e seguintes, desse diploma legal e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
3. O contrato será composto pelos seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos convidados e expressamente aceites pelo Órgão Competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.



4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.^a - Início De Vigência e Duração Do Contrato

O contrato inicia-se decorridos que estejam **2 (dois) dias** sobre a notificação da decisão de adjudicação, ou sobre a apresentação dos documentos de habilitação, conforme o que ocorrer em último lugar e durará pelo prazo necessário à completa e efetiva realização de todas as obrigações assumidas pelo adjudicatário, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 4.^a - Preço Base do Procedimento

1. Para efeitos de elaboração de proposta(s) fixa-se, como parâmetro base do preço contratual, o valor de **€ 7 200 (sete mil e duzentos euros)**.
2. O preço base é o máximo de importe que o Contraente Público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
3. Proposta com valor superior ao valor do preço base será excluída.

Cláusula 5.^a - Principais Obrigações Do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, em especial no CCP e no presente Caderno de Encargos, decorrem para o Adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais, a saber:
 - a) Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal execução dos serviços objeto do contrato, com respeito por todas as normas aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança, antes do dia 17/10/2024.
 - b) Assumir a responsabilidade pela análise conjunta dos relatórios de análise elaborados, designadamente o relatório preliminar e relatório final;
 - c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à boa execução dos serviços objeto do contrato;
 - d) Obrigação de garantia e conformidade dos serviços prestados com o contrato;



- e) Participar em reuniões com o Contraente Público e/ou com terceiros, sempre que para tal seja solicitado;
 - f) Efetuar todas as comunicações, requerer e manter válidas, durante a vigência do contrato, todas as autorizações e licenças exigíveis, nos termos da legislação em vigor, para o exercício da sua atividade e pagar todas as quantias que se mostrem necessárias àquela obtenção sendo responsável por quaisquer sanções decorrentes da violação da referida obrigação;
 - g) Comunicar, de imediato, ao Contraente Público, quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos pelo mesmo;
 - h) Realizar o tratamento dos dados do Contraente Público, comprometendo-se a não utilizar tais dados para diferentes fins, em conformidade com o disposto na Cláusula 25ª do presente Caderno de Encargos;
 - i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
2. O Adjudicatário reconhece que será o único e exclusivo responsável, em qualquer caso, pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou de quaisquer entidades por si subcontratadas, a qualquer título, e pelos danos e prejuízos que sejam causados a pessoas e bens, correndo às suas expensas, sem quaisquer responsabilidades, ónus ou encargos para o Contraente Público, o ressarcimento ou indemnização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

Cláusula 6.ª - Local e Forma de Prestação dos Serviços

1. Os serviços objeto do contrato serão prestados nas instalações do Contraente Público, sitas na Rua Alfredo Allen n.º 208, 4200-135, Porto e Rua Júlio Amaral de Carvalho n.º 45, 4200-135 Porto, durante o seu horário de funcionamento, salvo nos casos indicados na proposta do Adjudicatário e aceites pelo Contraente Público. Assim como, na sede do Adjudicatário.
2. Para o efeito de requerer ao Adjudicatário que lhe sejam prestados os serviços objeto do contrato, o Contraente Público remeterá, através do correio eletrónico comprasi3s@i3s.up.pt, a(s) respetiva(s) requisição(ões), a(s) qual(is) incluirá(ão) as seguintes menções obrigatórias:
- a) Identificação dos serviços a prestar;
 - b) Preço;

NIF: 515 769 053
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 6 DE 21

INSTITUTO
DE INVESTIGAÇÃO
E INOVAÇÃO
EM SAÚDE
UNIVERSIDADE
DO PORTO

Rua Alfredo Allen, 208
4200-135 Porto
Portugal
+351 220 408 800
info@i3s.up.pt
www.i3s.up.pt



- c) Número de requisição do Contraente Público;
- d) Referência deste procedimento.

Cláusula 7.^a - Fiscalização, Controlo e Avaliação Da Prestação Dos Serviços

1. O Contraente Público tem direito a fiscalizar, controlar e avaliar, a todo o tempo, a execução dos serviços que constituem o objeto do contrato, bem como o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Adjudicatário, podendo nomear uma comissão de avaliação e acompanhamento.
2. O Contraente Público poderá efetuar no período da prestação dos serviços as operações de verificação, podendo rejeitar total ou parcialmente os serviços executados.
3. No caso de rejeição dos serviços prestados, o Adjudicatário deverá proceder à sua imediata correção, suportando todos os encargos, se for o caso.

Cláusula 8.^a - Conformidade e Garantia Técnica dos Serviços

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante prestar os serviços objeto do contrato sem quaisquer defeitos ou discrepâncias, com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no *Anexo I* ao presente Caderno de Encargos.
2. O Adjudicatário será responsável perante o Contraente Público, por qualquer defeito, discrepância ou falta de conformidade dos serviços objeto do contrato, que se manifestem durante a sua vigência.
3. Em caso de falta de conformidade dos serviços com o contrato, o Adjudicatário deverá proceder, à sua custa, sem quaisquer encargos para o Contraente Público e no prazo razoável que for por este determinado, à reposição da conformidade, sem prejuízo do direito do Contraente Público optar por exigir a redução adequada do preço dos serviços ou de proceder à resolução do contrato.
4. A garantia dos serviços prevista nesta cláusula abrange, designadamente:
 - a) As despesas relativas à execução dos serviços para reposição da conformidade;
 - b) Indemnizações por prejuízos causados a pessoas ou bens decorrentes dos serviços desconformes.



5. Para efeitos previstos na presente cláusula, o Contraente Público deverá denunciar ao Adjudicatário a falta de conformidade dos serviços no prazo de **1 (um) mês** a contar da data em que a tenha detetado.

Cláusula 9.^a - Aspetos Submetidos à Concorrência

Nos termos do artigo 42.º do CCP, é submetido à concorrência o Fator Preço.

Cláusula 10.^a - Aspetos não Submetidos à Concorrência

1. Nos termos do n.º 5 do artigo 42.º do CCP, os convidados devem observar nas suas propostas, e como eventuais futuros Adjudicatários, garantir, sem encargos adicionais para o Contraente Público, os aspetos não submetidos à concorrência referidos no presente Caderno de Encargos.
2. O incumprimento dos pressupostos indicados no número precedente implica a exclusão da proposta.

Cláusula 11.^a - Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no decurso da execução do contrato celebrado, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o Contraente Público venha a ser demandado por ter infringido, no decurso da execução do contrato celebrado, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário terá de o indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 12.^a - Preço Contratual e Revisão de Preço

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, nomeadamente o montante de € ____ (____)1 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

⁽¹⁾ [a preencher no termo contratual com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao preço base do procedimento]



2. O preço referido no número anterior, inclui todos os custos, encargos e despesas relativos à aquisição dos serviços objeto do contrato, designadamente seguros, despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Não haverá lugar à revisão do preço contratual.

Cláusula 13.^a - Condições De Pagamento Do Preço

1. O(s) valor(es) devido(s) pelo Contraente Público deverá(ão) ser faturado(s), após a receção da respetiva requisição.
2. A(s) fatura(s) deve(m) mencionar, obrigatoriamente, o número de requisição do Contraente Público, a referência deste procedimento, bem como deve(m) conter a discriminação dos serviços objeto do contrato.
3. A(s) fatura(s) será(ão) paga(s) no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de receção da(s) mesma(s) pelo Contraente Público, através de transferência bancária para a conta a indicar pelo Adjudicatário na(s) fatura(s).
4. A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para o endereço de correio eletrónico: contabilidadei3s@i3s.up.pt ou para outro endereço que o Contraente Público venha a indicar ao Adjudicatário.
5. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova(s) fatura(s) corrigida(s); o prazo de pagamento ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida(s) nova(s) fatura(s).
6. O Contraente Público terá o direito a deduzir no pagamento a fazer ao Adjudicatário quaisquer quantias relativas ao pagamento de eventuais multas, coimas ou outras que lhe possam ser exigíveis, seja a que título for.

Cláusula 14.^a - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e até ao limite de **20% (vinte por cento)** do valor contratual.



2. A exigência por parte do Contraente Público ao Adjudicatário do pagamento de uma penalidade pecuniária, nos termos dos números anteriores, não exonera do cumprimento da obrigação em falta nem da prática de outros atos inerentes à reposição da normalidade contratual, o mais rapidamente possível.
3. A aplicação de sanção pecuniária, pelo Contraente Público, será precedida de uma advertência escrita, de incumprimento, ao Adjudicatário.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no n.º 2 do Artigo 329.º do CCP e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para **30% (trinta por cento)**, conforme disposto no n.º 3 do referido artigo.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do Artigo 308.º do CCP.
7. O Contraente Público poderá compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
8. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a - Resolução do Contrato por parte do Contraente Público

1. O Contraente Público poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do Art.º 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º por remissão do Artigo 451.º do CCP.
2. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pelo Contraente Público não preclude o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advirem da conduta do Adjudicatário e da resolução.
3. O Contraente Público, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário por carta simples com aviso de receção.



5. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.
6. Em caso de resolução do contrato o Adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva do Contraente Público.

Cláusula 16.^a - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário

1. O Adjudicatário poderá resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP, por remissão do artigo 451.º.

Cláusula 17.^a - Suspensão Do Contrato

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Contraente Público pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão referida no número anterior produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do Adjudicatário, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. O Contraente Público pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

Cláusula 18.^a - Modificações Do Contrato

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada, por escrito, pela parte interessada na mesma à outra parte com uma antecedência mínima de **15 (quinze) dias** em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.



2. As modificações contratuais ficam sujeitas ao disciplinado nos termos dos artigos 311.º a 315.º, igualmente o estatuído na Parte III, Título II, Capítulo V (Arts 450.º a 454.º) do CCP.

Cláusula 19.^a - Encargos, Custos e Despesas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário todos os custos e despesas relativos a quaisquer encargos inerentes à celebração do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, correm por conta do Adjudicatário todas as despesas e encargos em que este haja de incorrer em virtude do cumprimento de obrigações emergentes da lei, do presente Caderno de Encargos, do contrato e da proposta adjudicada.

Cláusula 20.^a - Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pelo Contraente Público ao qual incumbe o permanente acompanhamento da execução contratual.
2. Caso o Gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deverá comunicá-los de imediato ao Órgão Competente do Contraente Público, propondo em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem necessárias.
3. Gestor do Contrato nomeado: [Completar]; Contacto: [Completar]
4. O responsável pela Gestão do Contrato pode ser modificado pelo Contraente Público.
5. O Adjudicatário obriga-se a nomear um representante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor, com o Contraente Público, para todos os fins associados à execução do contrato.

Cláusula 21.^a - Subcontratação e Cessão Da Posição Contratual

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer uma das partes são admitidas, nos termos do disposto nos Artigos 316.º e seguintes do CCP.



Cláusula 22.^a - Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias, imprevisíveis e excepcionais, e que não derivem de falta ou negligência de qualquer delas, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Os requisitos do conceito de *força maior*, melhor definidos nos termos do plasmado no número anterior, são cumulativos.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os pressupostos ou requisitos enunciados nos termos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, furacões, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, não constituem força maior, nomeadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, quando autorizado pelo Contraente Público, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados ao Adjudicatário ou às sociedades do Adjudicatário ou ao grupo de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou a grupo de sociedades dos seus subcontratados, quando autorizado pelo Contraente Público;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou a negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;



- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve sempre comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normalizada.
7. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
8. Para efeitos do disposto no número anterior, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a **30 (trinta) dias**, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução contratual, mediante comunicação, por escrito, enviada à outra parte, com a antecedência, mínima, de **15 (quinze) dias**.

Cláusula 23.^a - Responsabilidades

1. O Adjudicatário é responsável por todos os danos causados às e nas instalações do i3S, que resultem direta ou indiretamente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 296.º do CCP.
2. Do mesmo modo, o Adjudicatário responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Sem prejuízo do disposto no [Anexo I](#) do Caderno de Encargos, se o Contraente Público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo Adjudicatário, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação dos seus colaboradores ou dos seus fornecedores.



Cláusula 24.^a - Sigilo e Confidencialidade

1. Sem prejuízo do disposto no [Anexo I](#) do Caderno de Encargos, o Adjudicatário compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial, o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever da confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. A obrigação de confidencialidade do Adjudicatário estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.
4. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.
5. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 25.^a - Proteção e Tratamento De Dados Pessoais

1. Exceto quando diversamente estipulado, os termos utilizados em maiúsculas, no singular ou no plural, no masculino ou no feminino, na presente cláusula têm o significado que lhes é atribuído no artigo 4.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (doravante, "RGPD").
2. O Adjudicatário obriga-se a cumprir as obrigações decorrentes RGPD, da Lei 58/2019, de 8.8, que executa aquele na ordem jurídica nacional e demais legislação, nacional e comunitária, aplicável ao tratamento de dados pessoais, quer durante a vigência do contrato quer, sempre que exigível, após a sua cessação.
3. Em cumprimento do disposto no RGPD, o Contraente Público informa as pessoas singulares que atuam como administradores ou gerentes do Adjudicatário ou por qualquer outra forma especificada no contrato, bem como outras pessoas que sejam alocadas à

NIF: 515 769 053
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 15 DE 21

INSTITUTO
DE INVESTIGAÇÃO
E INOVAÇÃO
EM SAÚDE
UNIVERSIDADE
DO PORTO

Rua Alfredo Allen, 208
4200-135 Porto
Portugal
+351 220 408 800
info@i3s.up.pt
www.i3s.up.pt



execução do contrato, e cujos Dados Pessoais sejam tratados por motivo ou no decurso da celebração do contrato ou da sua execução, que são aplicáveis as disposições que se seguem, sem prejuízo do disposto na política de privacidade do Contraente Público:

- a) O Contraente Público atua como Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais;
- b) Pertencem ao Contraente Público os contactos seguidamente indicados:
 - i. Morada: Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto, Portugal
 - ii. Telefone: 00351- 220 408 800
 - iii. Encarregada de Proteção de dados: morada: a anteriormente indicada e endereço de correio eletrónico: dpo@i3s.up.pt
- c) Os Dados Pessoais objeto de tratamento serão os transmitidos ao Contraente Público por motivo ou no decurso da celebração ou da execução do contrato, no que se poderão incluir, nomeadamente, dados de identificação, dados de contacto e dados de habilitações e experiência profissional dos Titulares;
- d) Os Dados Pessoais serão tratados para efeitos de celebração e execução do Contrato, proteção e defesa dos direitos do Contraente Público e cumprimento de obrigações legais, o que corresponde também aos fundamentos de licitude do Tratamento. O Tratamento é o estritamente necessário para as referidas finalidades;
- e) O Contraente Público poderá transmitir os Dados Pessoais a que se refere a alínea c) supra a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras entidades para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares/protocolares e aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes, no âmbito das finalidades referidas na alínea d) anterior;
- f) Os Dados Pessoais serão conservados durante a vigência do contrato e, após o seu término, durante o tempo necessário para cumprimento das obrigações legais e contratuais aplicáveis relacionadas com o contrato, incluindo pelos respetivos prazos de prescrição/caducidade e para proteção e defesa dos direitos do Contraente Público. Porém, em qualquer uma das referidas situações, caso exista processo judicial ou contraordenacional pendente, os dados serão conservados ainda durante o período de duração do processo e até seis meses após o trânsito em julgado de decisão que venha a ser proferida;
- g) Não estão previstas transferências internacionais de Dados Pessoais;
- h) O Titular dos Dados tem, a todo o tempo, e dentro dos limites legais, o direito de solicitar ao Contraente Público o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, a sua retificação ou o seu apagamento, a limitação do tratamento dos dados, a oposição ao tratamento, bem como a portabilidade dos dados e bem assim, o direito de retirar o consentimento, nas situações em que este constitua fundamento de licitude do tratamento dos Dados Pessoais, mediante comunicação escrita dirigida à Encarregada



de Proteção de Dados, para o endereço de correio eletrónico indicado na alínea b) supra;

- i) O Titular dos Dados Pessoais tem, a todo o tempo, a faculdade de apresentar reclamações às Autoridades de Controlo competentes, nomeadamente à Comissão Nacional de Proteção de Dados;
- j) O Contraente Público não adota nenhuma decisão baseada exclusivamente no tratamento automatizado que produza efeitos na esfera jurídica do Titular dos Dados Pessoais ou que o afete significativamente.

4. O Adjudicatário declara conhecer a Política de Privacidade do Contraente Público, disponível em [<https://www.i3s.up.pt/legal-information>], na versão vigente à data da apresentação da proposta e da celebração do contrato.

5. O Adjudicatário compromete-se a comunicar os termos da presente cláusula aos trabalhadores, colaboradores, administradores ou gerentes do Adjudicatário cujos dados pessoais estejam inseridos no contrato e que não o tenham assinado, bem como a todos os que, independentemente do vínculo, venha a alocar à execução do contrato que sejam Titulares de Dados Pessoais transmitidos/acedidos pelo Contraente Público.

6. O Adjudicatário declara e garante que todos os Dados Pessoais transmitidos no âmbito do contrato são exatos e atualizados e que estará legitimado a transmiti-los ao Contraente Público no âmbito da execução do contrato, nos termos previstos no RGPD.

Cláusula 26.^a - Políticas Horizontais

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Adjudicatário deverá garantir, na fase de formação e execução do presente contrato, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do Direito Internacional, Europeu, Nacional ou Regional.

Cláusula 27.^a - Interpretação e Validade

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.

2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.



3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução do contrato, as orientações que lhe forem transmitidas por escrito pelo Contraente Público, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do mesmo termo contratual.

Cláusula 28.^a - Deveres de Informação

1. Qualquer uma das partes deve informar a outra parte de quaisquer factos ou circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com os princípios da boa-fé e da confiança, no prazo máximo de até **10 (dez) dias** a contar do respetivo conhecimento.
2. Atento o disposto no número anterior, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra parte, em especial, de quaisquer factos ou circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações decorrentes da lei e/ou do contrato e/ou do Caderno de Encargos e/ou da proposta adjudicada.

Cláusula 29.^a - Regime Contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas na Cláusula de Penalidades Contratuais do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no Artigo 456.º, contraordenações graves as descritas no art.º 457.º e contraordenações simples as gizadas no Artigo 458.º, todos do Código de Contratos Públicos.

Cláusula 30.^a - Legislação Aplicável

Em tudo o omissa neste Caderno de Encargos, observar-se-á o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 31.^a - Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.



Cláusula 32.^a - Comunicações e Notificações

1. Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia por escrito à contraparte, sob pena de se considerarem como não realizadas.
2. As notificações presumem-se efetuadas em consonância com o disposto no Artigo 113.º do Código do Procedimento Administrativo ("CPA").

Para o Contraente Público:

À atenção de: Gabinete de Aprovisionamento

Morada: Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto

Endereço de correio eletrónico: procurement@i3s.up.pt

Para o Adjudicatário:

À atenção de: [Completar]

Morada: [Completar]

Endereço de correio eletrónico: [Completar]

3. As moradas indicadas serão expressamente válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes nesta Cláusula deve ser comunicada à outra parte.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a matéria relativa às notificações e comunicações é regulada nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Cláusula 33.^a - Partes Integrantes

1. Faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, o seu *Anexo I*.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, o Caderno de Encargos e os seus anexos, bem como os demais documentos contratuais, o Convite, a proposta adjudicada e toda a correspondência trocada entre as partes.



Cláusula 34.^a - Contagem dos Prazos

1. A contagem dos prazos, na fase de formação do contrato no contrato, obedece ao disposto no artigo 470.º do CCP.
2. A contagem dos prazos, na fase de execução dos contratos, cumpre o estatuído no artigo 471.º do CCP.



ANEXO I - Especificações Técnicas

Objetivo

O Contraente Público necessita observar o plasmado na Diretiva (UE) 2022/2555, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, "NIS2". Este diploma veio reforçar algumas das medidas já previstas no Decreto-Lei n.º 65/2021 de 30/7, nomeadamente no que toca a análises de riscos e tratamento de incidentes, e inclui de uma forma mais precisa um conjunto mínimo de temas que têm de ser cumpridos pelas organizações.

No âmbito da Diretiva NIS2, as entidades devem cumprir, no mínimo, o seguinte:

- a) análise dos riscos e de segurança;
- b) tratamento de incidentes;
- c) continuidade das atividades;
- d) segurança da cadeia de abastecimento;
- e) segurança na aquisição, desenvolvimento e manutenção;
- f) avaliação da eficácia das medidas de gestão dos riscos de cibersegurança;
- g) práticas básicas de ciber-higiene e formação em cibersegurança;
- h) criptografia e, se for caso disso, de cifragem;
- i) segurança dos recursos humanos; e
- j) utilização de soluções de autenticação multifatores ou de autenticação contínua.

Face ao exposto, o Contraente Público necessita adquirir serviços de Auditoria em matéria de cibersegurança de modo a garantir que sua organização está mais segura, em conformidade legislativa e preparada para seguir as melhores práticas e desta forma, poder enfrentar eventuais ameaças do mundo digital.

Serviços a Realizar

- a) Fazer o levantamento dos ativos e processos críticos do i3S e sua análise de risco.
- b) Indicar as medidas necessárias para a obter conformidade da norma da NIS2.
- c) Realizar o relatório preliminar que deverá ser analisado e discutido com o Gestor do Contrato e outros colaboradores do Contraente Público;
- d) Produzir o relatório final da auditoria realizada.

Nota: estas tarefas deverão ser realizadas e entregues antes **de 17 de outubro**.